



ACÓRDÃO Nº981/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12452/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Maternidade Alvorada.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Marcos Vinicius Costa Fernandes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1065/2021-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Maternidade Alvorada. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. **Marcos Vinicius Costa Fernandes**, Gestor da Maternidade Alvorada – CAMI-I, exercício de 2019, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso III, alínea “b”, estes da Resolução nº 04/2002- RITCEAM, em razão das restrições consideradas não sanadas, quais sejam: fracionamento e pagamento de despesas mediante processos indenizatórios, sem cobertura contratual; ausência de registro de bens móveis e não aplicação do procedimento contábil da depreciação;
- 10.2. **Aplicar Multa** no valor de R\$ **14.000,00** ao Sr. **Marcos Vinicius Costa Fernandes**, com fundamento no artigo 54, inciso VI da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, por atos praticados com grave infração à norma legal, quais sejam: fracionamento e pagamento de despesas mediante processos indenizatórios, sem cobertura contratual; ausência de registro de bens móveis e não aplicação do procedimento contábil da depreciação, em descumprimento ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal; art. 2º, art. 23, §§2º e 5º, e art. 24 da Lei nº 8.666/1993; art. 94 e 95 da Lei nº 4.320/1964; itens 50 e 51 do



ACÓRDÃO Nº981/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Pronunciamento CPC 27; que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** na Esfera Estadual para o Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE";

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Dar ciência da decisão ao Ministério Público do Amazonas, para providências que entender cabíveis;

10.4. Dar ciência da decisão ao Sr. Marcos Vinicius Costa Fernandes.

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 14 de Setembro de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral